



Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

## TERMO DE REFERÊNCIA ANEXOS I E II

### 1 – IDENTIFICAÇÃO

**Curso de Formação de Formadores, nível 2: Ferramentas tecnológicas que apoiam o desenvolvimento docente” na modalidade de ensino presencial**

- 1.1- Unidade Responsável: **Departamento de Ensino e Pesquisa**
- 1.2- Elaboração do Projeto: **Equipe da Divisão Pedagógica**
- 1.3- Ministrante do Curso:

- **FERNANDO DE ASSIS ALVES**

### 2 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

- 2.1- Carga horária: **20 horas/aulas**
- 2.2- Tipo/Modalidade: **Presencial**
- 2.4 - Período de realização: **11 e 12/12/2019**
- 2.3 - Número de vagas: **22 vagas.**
- 2.5 - Horário: **8:00 – 12:30 / 13:30 – 18:00.**
- 2.6 - Local: **Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará – Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa.**
- 2.7- Público alvo: **Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará que atuam como formadores nos cursos ofertados pela EJPA**

### 3 – MOTIVAÇÃO

Indispensável ao desenvolvimento pleno das atribuições inerentes ao Poder Judiciário, constitui missão principal da Escola Judicial do Estado do Pará - Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, proporcionar aos magistrados e servidores oportunidades de capacitação, bem como viabilizar a necessária formação inicial dos magistrados e servidores ingressantes, em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e em conformidade com as diretrizes traçadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados - ENFAM.





**Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará**  
**Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa**

Assim, visando o aumento da qualidade da prestação jurisdicional, objetivo maior do Poder Judiciário, a missão inicialmente referida é exercida por meio da realização de uma programação anual de eventos de formação inicial e continuada, cursos de pós-graduação, compondo assuntos de caráter jurídico e educacionais (cursos, seminários, palestras, encontros), executados na forma presencial e à distância.

Para a realização dos mencionados eventos, se faz imprescindível a condução por ministrantes, profissionais de renome e saber jurídico notáveis, principalmente em virtude do público a que se destina e da qualidade da capacitação que se pretende alcançar.

#### **4 – OBJETO**

Contratação de Docente; profissional de renome, elevada qualificação acadêmica e notável saber; para conduzir o evento descrito no *Projeto Acadêmico* (anexo I) e na *Proposta Financeira Docente* (anexo II) que fazem parte integrante e indissociável do presente Termo, no período, carga horária e condições especificados nos referidos documentos.

#### **5 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

Considerar-se-á cumprido o serviço desde que observadas pelo docente contratado as especificações atinentes à carga horária, períodos, datas, horários, conteúdo programático e demais elementos contidos no *Projeto Acadêmico* e na *Ficha Financeira Docente*, em anexo. Fica estabelecido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a última atividade estabelecida para o evento (entrega de notas, avaliações, etc.) para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo.

#### **6 – JUSTIFICATIVA**

A contratação objeto do presente termo se faz necessária em virtude da realização do evento instituído pelo *Projeto Acadêmico* (Anexo I), com a finalidade de viabilizar a capacitação de servidores e magistrados, O “Curso de Formação de Formadores, nível 2: Ferramentas tecnológicas que apoiam o desenvolvimento docente” na modalidade de ensino presencial, será destinado

Página 2 de 7





**Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará**  
**Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa**

ao desenvolvimento integral de Magistrados e Servidores que atuam na gestão judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Entre os programas formativos que a EJPA vem desenvolvendo, o Curso de Formação de Formadores tem se destacado por tratar, na sua proposta curricular, dos princípios e fundamentos que norteiam as Diretrizes Curriculares da Enfam, e ao estabelecer uma proposta orientadora do trabalho dos formadores que atuam nos seus demais programas, contribui para a unidade de objetivos no âmbito da Educação Judiciária.

Trabalhar com tais princípios e fundamentos requer dos formadores de novos formadores o suporte teórico que possa orientar a prática proposta. Neste sentido, a EJPA tem buscado criar condições para que seus formadores, magistrados, servidores e colaboradores possam desenvolver uma base de apoio teórico e metodológico no campo da pedagogia e da discussão acerca dos caminhos da magistratura que permita aprofundar e sustentar o trabalho de preparação de novos formadores. Assim, além do Curso de Formação de Formadores, os encontros e as reuniões pedagógicas dirigidas para os formadores de formadores e o trabalho de preparação de cada curso têm permitido uma sistematização sempre mais aprimorada deste processo.

No mesmo sentido, observa-se a necessidade de ampliar o número de formadores que atuam no Curso de Formação de Formadores, bem como o seu aperfeiçoamento. Ainda que a formação do primeiro grupo de formadores de formadores tenha acontecido a partir de projetos formativos, articulados com a análise que o grupo atuante no desenvolvimento de uma proposta educativa, observa-se, no presente momento, a necessidade de buscar uma sistematização do conhecimento já desenvolvido, estruturando um roteiro de estudo que procure analisar e compreender com mais profundidade a base teórica com a qual tratamos.

Além de sistematizar uma oportunidade de orientação pedagógica específica dos formadores que já atuam nos cursos da Enfam, a presente proposta de oficina tem como objetivo viabilizar condições que permitam a esses formadores desenvolver ações educativas para a formação de novos formadores a partir do aprofundamento das bases teórico-metodológicas que dão sustentação aos princípios da proposta de educação no âmbito da

Página 3 de 7



PAPRO201905049V01





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

magistratura e dos referenciais didático-pedagógicos dispostos nas Diretrizes Pedagógicas da Enfam a partir do uso de ferramentas que apoiam o desenvolvimento do trabalho docente como o Power point, o Prezi, o *Google Class Romm*, além de ferramentas para avaliações diagnósticas no âmbito da docência.

A oficina será desenvolvida por formador com vivência nos cursos de Formação de Formadores. A atividade formativa terá a duração de 20 horas-aula na modalidade presencial.

#### 7 – PAGAMENTO / MODALIDADE

- A contratação do docente **Fernando De Assis Alves** será por hora/aula na base presencial, com o seguinte valor: **R\$ 137,39 (cento e trinta e sete reais e trinta e nove centavos)** para **Mestre** conforme *Ficha Financeira Docente* e conforme determina a Portaria 5692/2017-GP de 30 de novembro de 2017. O docente será pago no valor total de R\$ 2.747,80 (dois mil, setecentos e quarenta reais e oitenta centavos). Após a conclusão de todas as etapas dos serviços contratados, nos termos do disposto nos itens 4 e 5 deste Termo, mediante atesto da Diretoria do Departamento Administrativo e Financeiro.

#### 8 – PRAZO – período do curso

O período de prestação do serviço contratado, datas e horários, é o estabelecido no Anexo I - *Projeto Acadêmico*.

#### 9 – DOCUMENTAÇÃO DO CONTRATADO

Juntamente com a Ficha Financeira (Anexo II), o contratado deve juntar os seguintes documentos:

- 1- Declaração da Instituição empregadora ou contracheque, comprovando desconto do INSS, se houver;
- 2- Cópia do comprovante de titulação ou equivalente;
- 3- Cópia do RG, CPF e PIS;
- 4- *Curriculum lattes*.





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

## 10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Despesa deverá ser atendida na **Fonte 0118, natureza de despesa 33.90.36 e Funcional Programática 02.128.1418.8637: Capacitação de Magistrados e Servidores pela EJPA.**

## 11 – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto nos exatos termos estabelecidos no presente Termo ficará a cargo do Diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da EJPA, **Dra. Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski.**

## 12 – SANÇÕES

12.1- No caso da contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeita à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitado seu direito ao contraditório e à ampla defesa:

12.1.1- Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

12.1.2- Multa Indenizatória de:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

b) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) sobre o valor global do contrato por descumprir as datas acordadas ou negociadas de qualquer fase do cronograma de realização do curso;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato nas outras hipóteses de inexecução parcial do objeto;

d) 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato nas outras hipóteses de inexecução total do objeto;

12.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

12.3 - O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.

### 13 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- (a) O Contratado (a) obriga-se a:
- Prestar o serviço contratado, no período e local indicado pela Administração, com estrita observância das especificações deste Termo e seus anexos I e II;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, reparar, corrigir, refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda as especificações exigidas;
  - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
  - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
  - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

### 14 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Página 6 de 7



PAPRO201905049V01





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

A Contratante obriga-se a:

- a) Receber o serviço, disponibilizando local, data e horário para o evento acadêmico;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido.

#### 15 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.

Em caso de contratação de professor e/ou palestrante de outra unidade da federação, as despesas com alimentação, hospedagens e transportes, correrão de acordo como previsto no contrato.

Belém, 25 de novembro de 2019.





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

## TERMO DE REFERÊNCIA ANEXOS I E II

### 1 – IDENTIFICAÇÃO

**Curso de Formação de Formadores, nível 2: Ferramentas tecnológicas que apoiam o desenvolvimento docente” na modalidade de ensino presencial**

- 1.1- Unidade Responsável: **Departamento de Ensino e Pesquisa**
- 1.2- Elaboração do Projeto: **Equipe da Divisão Pedagógica**
- 1.3- Ministrante do Curso:

- **ANA LUIZA REIS SILVA**

### 2 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

- 2.1- Carga horária: **20 horas/aulas**
- 2.2- Tipo/Modalidade: **Presencial**
- 2.4 - Período de realização: **11 e 12/12/2019**
- 2.3 - Número de vagas: **22 vagas.**
- 2.5 - Horário: **8:00 – 12:30 / 13:30 – 18:00.**
- 2.6 - Local: **Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará – Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa.**
- 2.7- Público alvo: **Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará que atuam como formadores nos cursos ofertados pela EJPA –**

### MOTIVAÇÃO

Indispensável ao desenvolvimento pleno das atribuições inerentes ao Poder Judiciário, constitui missão principal da Escola Judicial do Estado do Pará - Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, proporcionar aos magistrados e servidores oportunidades de capacitação, bem como viabilizar a necessária formação inicial dos magistrados e servidores ingressantes, em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e em conformidade com as diretrizes traçadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados - ENFAM.

Página 1 de 7



PAPRO201905049V01





**Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará**  
**Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa**

Assim, visando o aumento da qualidade da prestação jurisdicional, objetivo maior do Poder Judiciário, a missão inicialmente referida é exercida por meio da realização de uma programação anual de eventos de formação inicial e continuada, cursos de pós-graduação, compondo assuntos de caráter jurídico e educacionais (cursos, seminários, palestras, encontros), executados na forma presencial e à distância.

Para a realização dos mencionados eventos, se faz imprescindível a condução por ministrantes, profissionais de renome e saber jurídico notáveis, principalmente em virtude do público a que se destina e da qualidade da capacitação que se pretende alcançar.

#### **4 – OBJETO**

Contratação de Docente; profissional de renome, elevada qualificação acadêmica e notável saber; para conduzir o evento descrito no *Projeto Acadêmico* (anexo I) e na *Proposta Financeira Docente* (anexo II) que fazem parte integrante e indissociável do presente Termo, no período, carga horária e condições especificados nos referidos documentos.

#### **5 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

Considerar-se-á cumprido o serviço desde que observadas pelo docente contratado as especificações atinentes à carga horária, períodos, datas, horários, conteúdo programático e demais elementos contidos no *Projeto Acadêmico* e na *Ficha Financeira Docente*, em anexo. Fica estabelecido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a última atividade estabelecida para o evento (entrega de notas, avaliações, etc.) para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo.

#### **6 – JUSTIFICATIVA**

A contratação objeto do presente termo se faz necessária em virtude da realização do evento instituído pelo *Projeto Acadêmico* (Anexo I), com a finalidade de viabilizar a capacitação de servidores e magistrados, O “Curso de Formação de Formadores, nível 2: Ferramentas tecnológicas que apoiam o desenvolvimento docente” na modalidade de ensino presencial, será destinado

Página 2 de 7



PAPRO201905049V01





**Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará**  
**Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa**

ao desenvolvimento integral de Magistrados e Servidores que atuam na gestão judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Entre os programas formativos que a EJPA vem desenvolvendo, o Curso de Formação de Formadores tem se destacado por tratar, na sua proposta curricular, dos princípios e fundamentos que norteiam as Diretrizes Curriculares da Enfam, e ao estabelecer uma proposta orientadora do trabalho dos formadores que atuam nos seus demais programas, contribui para a unidade de objetivos no âmbito da Educação Judiciária.

Trabalhar com tais princípios e fundamentos requer dos formadores de novos formadores o suporte teórico que possa orientar a prática proposta. Neste sentido, a EJPA tem buscado criar condições para que seus formadores, magistrados, servidores e colaboradores possam desenvolver uma base de apoio teórico e metodológico no campo da pedagogia e da discussão acerca dos caminhos da magistratura que permita aprofundar e sustentar o trabalho de preparação de novos formadores. Assim, além do Curso de Formação de Formadores, os encontros e as reuniões pedagógicas dirigidas para os formadores de formadores e o trabalho de preparação de cada curso têm permitido uma sistematização sempre mais aprimorada deste processo.

No mesmo sentido, observa-se a necessidade de ampliar o número de formadores que atuam no Curso de Formação de Formadores, bem como o seu aperfeiçoamento. Ainda que a formação do primeiro grupo de formadores de formadores tenha acontecido a partir de projetos formativos, articulados com a análise que o grupo atuante no desenvolvimento de uma proposta educativa, observa-se, no presente momento, a necessidade de buscar uma sistematização do conhecimento já desenvolvido, estruturando um roteiro de estudo que procure analisar e compreender com mais profundidade a base teórica com a qual tratamos.

Além de sistematizar uma oportunidade de orientação pedagógica específica dos formadores que já atuam nos cursos da Enfam, a presente proposta de oficina tem como objetivo viabilizar condições que permitam a esses formadores desenvolver ações educativas para a formação de novos formadores a partir do aprofundamento das bases teórico-metodológicas que dão sustentação aos princípios da proposta de educação no âmbito da





**Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará**  
**Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa**

magistratura e dos referenciais didático-pedagógicos dispostos nas Diretrizes Pedagógicas da Enfam a partir do uso de ferramentas que apoiam o desenvolvimento do trabalho docente como o Power point, o Prezi, o *Google Class Romm*, além de ferramentas para avaliações diagnósticas no âmbito da docência.

A oficina será desenvolvida por formador com vivência nos cursos de Formação de Formadores. A atividade formativa terá a duração de 20 horas-aula na modalidade presencial.

#### **7 – PAGAMENTO / MODALIDADE**

- A contratação da docente **Ana Luiza Reis Silva** será por hora/aula na base presencial, com o seguinte valor: **R\$ 116,25 (cento e dezesseis reais e vinte e cinco centavos)** para **Especialista** conforme *Ficha Financeira Docente* e conforme determina a Portaria 5692/2017-GP de 30 de novembro de 2017. O docente será pago no valor total de R\$ 2.325,00 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais). Após a conclusão de todas as etapas dos serviços contratados, nos termos do disposto nos itens 4 e 5 deste Termo, mediante atesto da Diretoria do Departamento Administrativo e Financeiro.

#### **8 – PRAZO – período do curso**

O período de prestação do serviço contratado, datas e horários, é o estabelecido no Anexo I - *Projeto Acadêmico*.

#### **9 – DOCUMENTAÇÃO DO CONTRATADO**

Juntamente com a Ficha Financeira (Anexo II), o contratado deve juntar os seguintes documentos:

- 1- Declaração da Instituição empregadora ou contracheque, comprovando desconto do INSS, se houver;
- 2- Cópia do comprovante de titulação ou equivalente;
- 3- Cópia do RG, CPF e PIS;
- 4- *Curriculum lattes*.





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

## 10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Despesa deverá ser atendida na **Fonte 0118, natureza de despesa 33.90.36 e Funcional Programática 02.128.1418.8637: Capacitação de Magistrados e Servidores pela EJPA.**

## 11 – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto nos exatos termos estabelecidos no presente Termo ficará a cargo do Diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da EJPA, **Dra. Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski.**

## 12 – SANÇÕES

12.1- No caso da contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeita à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitado seu direito ao contraditório e à ampla defesa:

12.1.1- Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

12.1.2- Multa Indenizatória de:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

b) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) sobre o valor global do contrato por descumprir as datas acordadas ou negociadas de qualquer fase do cronograma de realização do curso;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato nas outras hipóteses de inexecução parcial do objeto;

d) 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato nas outras hipóteses de inexecução total do objeto;

12.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

12.3 - O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.

### 13 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- (a) O Contratado (a) obriga-se a:
- Prestar o serviço contratado, no período e local indicado pela Administração, com estrita observância das especificações deste Termo e seus anexos I e II;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, reparar, corrigir, refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda as especificações exigidas;
  - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
  - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
  - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

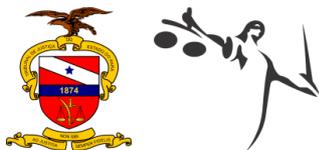
### 14 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Página 6 de 7



PAPRO201905049V01





Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará  
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

A Contratante obriga-se a:

- a) Receber o serviço, disponibilizando local, data e horário para o evento acadêmico;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido.

#### 15 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.

Em caso de contratação de professor e/ou palestrante de outra unidade da federação, as despesas com alimentação, hospedagens e transportes, correrão de acordo como previsto no contrato.

Belém, 25 de novembro de 2019.

